

ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE:

NOVAS TECNOLOGIAS PARA O FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE CUIDAR EM SAÚDE



ORGANIZADORES

ME. SAMUEL LOPES DOS SANTOS

ME. PEDRO LUCAS ALVES FERREIRA

MARIA IDALINA RODRIGUES



ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE:

NOVAS TECNOLOGIAS PARA O FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE CUIDAR EM SAÚDE



ORGANIZADORES

ME. SAMUEL LOPES DOS SANTOS

ME. PEDRO LUCAS ALVES FERREIRA

MARIA IDALINA RODRIGUES





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



LICENÇA CREATIVE COMMONS

ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE: NOVAS TECNOLOGIAS PARA O FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE CUIDAR EM SAÚDE de SCISAUDE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/atencao-primaria-a-saude/52>

2024 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE

ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE: NOVAS TECNOLOGIAS PARA O FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE CUIDAR EM SAÚDE

ME. SAMUEL LOPES DOS SANTOS

<https://lattes.cnpq.br/1060440470208923>

<https://orcid.org/0000-0003-3375-9171>

ME. PEDRO LUCAS ALVES FERREIRA

<https://lattes.cnpq.br/7351709507404204>

<https://orcid.org/0000-0002-1975-5054>

ESP. MARIA IDALINA RODRIGUES

<http://lattes.cnpq.br/7818761355288993>

<https://orcid.org/0000-003-4636-4275>

Editor chefe

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Projeto gráfico

Lennara Pereira Mota

Diagramação:

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

Revisão:

Os Autores

Conselho Editorial

ANICLECIO MENDES LIMA

BRUNA RAYELLE FREITAS LIRA

DAVI LEAL SOUSA

ENAIANNY RIBEIRO DOS SANTOS FRANKENBERGER

FRANCISCO RAFAEL DE CARVALHO

KETTILLY GEISANE SILVA DE SENA

PAULO ROBERTO PEREIRA BORGES

WICTOR HUGO ALVES GALINDO

PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO

DR. ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO

DR. AVELAR ALVES DA SILVA

DRA. TERESINHA SOARES PEREIRA LOPES

ME. LAÍS ROCHA LIMA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Atenção Primária a Saúde [livro eletrônico] :
novas tecnologias para o fortalecimento do
processo de cuidar em saúde / organização
Samuel Lopes dos Santos , Pedro Lucas Alves
Ferreira , Maria Idalina Rodrigues. --
Teresina, PI : SCISAUDE, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-85376-38-9

1. Atenção Primária à Saúde (APS) 2. Autocuidados
de saúde 3. Inovações médicas 4. Saúde pública
5. Sistema Único de Saúde (Brasil) I. Santos,
Samuel Lopes dos. II. Ferreira, Pedro Lucas
Alves. III. Rodrigues, Maria Idalina.

24-218697

CDD-616.0252

Índices para catálogo sistemático:

1. Atenção Primária à Saúde : Saúde pública :
Ciências médicas 616.0252

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ISBN: 978-65-85376-38-9

DOI: 10.56161/sci.ed.202407211



SCISAUDE
Teresina – PI – Brasil
scienceesaude@hotmail.com
www.scisaude.com.br

APRESENTAÇÃO

O E-Book: **Atenção Primária a saúde: Novas tecnologias para o fortalecimento do processo de cuidar em saúde** é uma obra teórica-científica desenvolvida a partir de discussões no campo da saúde pública e atenção primária com o foco de desenvolver tecnologias de baixa densidade afim de contribuir para o processo de ampliação e fortalecimento da saúde desenvolvida no âmbito da atenção básica.

Assim, têm-se na atenção primária a boa-fé do desenvolvimento de ações promoção, proteção e recuperação da saúde, focando nas atividades preventivas e de promoção da saúde, buscando o cuidado integral e de forma longitudinal, para ofertar a seus clientes, uma saúde de qualidade e acima de tudo, humanizada.

Desta forma, ao ler esse material o leitor eira se deparar com estudos qualificados e desenvolvidos com a finalidade de proporcionar conhecimento sobre as novas tecnologias quem podem ser adotadas na atenção primaria com foco na vigilância em saúde, ações de caráter preventivo e as novas abordagens que podem ser usadas para fazer a saúde em tempos atuais.

CAPÍTULO 1	9
O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA TENTATIVA DE SUICÍDIO EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	9
10.56161/sci.ed.202407211c1	9
CAPÍTULO 2	20
DIAGNÓSTICO DE SÍFILIS DURANTE A GRAVIDEZ: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS ENCONTRADOS NA REALIDADE BRASILEIRA	20
10.56161/sci.ed.202407211c2	20
CAPÍTULO 3	28
FATORES ASSOCIADOS AO CONSUMO DE ÁLCOOL POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	28
10.56161/sci.ed.202407211c3	28
CAPÍTULO 4	38
A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A PARTICIPAÇÃO PATERNA NO PRÉ-NATAL E PÓS-PARTO	38
10.56161/sci.ed.202407211c4	38
CAPÍTULO 5	47
ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR NO MANEJO DA ASMA: INTEGRANDO ESTRATÉGIAS FARMACOLÓGICAS E NÃO FARMACOLÓGICAS	47
10.56161/sci.ed.202407211c5	47
CAPÍTULO 6	54
PREVALÊNCIA DE HIV E SÍFILIS ENTRE A POPULAÇÃO CARCERÁRIA DA REGIÃO NORTE DE 2020 A 2022	54
10.56161/sci.ed.202407211c6	54
CAPÍTULO 7	67
MANIFESTAÇÃO E FATORES DE RISCO DA LEUCOPLASIA ORAL	67
10.56161/sci.ed.202407211c7	67



CAPÍTULO 6

PREVALÊNCIA DE HIV E SÍFILIS ENTRE A POPULAÇÃO CARCERÁRIA DA REGIÃO NORTE DE 2020 A 2022

PREVALENCE OF HIV AND SYPHILIS AMONG THE PRISON POPULATION IN THE NORTHERN REGION FROM 2020 TO 2022

 10.56161/sci.ed.202407211c6

Julieta Rodrigues Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

E-mail: julietarodrigues30@gmail.com

Juliana Jaime Castanheira

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

E-mail: ju_castanheira@hotmail.com

Hyoana Lurdes Monteiro da Costa

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

E-mail: hyoanamonteiro@gmail.com

Kalinda Juliana da Silva Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

E-mail: kalindajulianasil@gmail.com

Mayla Victória Braz Campelo

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

E-mail: Mayvicampelo29@gmail.com

Samuel Yao Atsu Duho

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

E-mail: samuelyaduho@gmail.com

Yann Lucas Pita de Oliveira

Graduado em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará | Belém, Pará

E-mail: yannlucas13@gmail.com



RESUMO

Introdução: As infecções sexualmente transmissíveis (IST) se configuram como uma problemática cada vez mais preponderante no âmbito da saúde pública. Sob esse viés, é notório que a parcela populacional mais atingida pelas IST são as que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre esse público, destaca-se a população carcerária, que em decorrência da sua condição, se encontra subjugada socialmente, devido a inúmeras problemáticas, como a insuficiência de conhecimento e o déficit do acesso aos serviços públicos de prestação de assistência à saúde. **Objetivo:** Nesse ínterim, o presente estudo objetiva analisar o quantitativo de casos do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da Sífilis diagnosticados entre o público carcerário da Região Norte do Brasil durante o período de 2020 a 2022. **Métodos:** Com isso, sintetizou-se uma revisão narrativa da literatura em bases de dados indexadas, com a utilização dos descritores “Infecções sexualmente transmissíveis”, “Penitenciária” e “Saúde”, tendo sido selecionados 12 artigos com temáticas pertinentes à análise, publicados entre 2018 e 2023. Ademais, para a elaboração das tabelas, as informações foram obtidas a partir do banco de dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Resultados e discussão:** À vista disso, observa-se que todos os estados da Região Norte, possuem incidência de HIV e Sífilis no que diz respeito à população carcerária. No entanto, os estados com maior prevalência são o Pará, o Amazonas e Rondônia. **Conclusão:** Logo, infere-se que os dados atrelados à prevalência das IST destacadas, em indivíduos privados de liberdade são alarmantes, o que demonstra a precarização da oferta de políticas públicas que tem alcançado esse público e a necessidade da mitigação da realidade observada. **PALAVRAS-CHAVE:** População carcerária; HIV/IST e Sífilis; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Introduction: Sexually transmitted infections (STIs) are becoming an increasingly prevalent public health issue. From this point of view, it is notorious that the population most affected by STIs are those in a situation of socio-economic vulnerability. Among this group, the prison population stands out. As a result of their condition, they are socially subjugated due to numerous problems, such as insufficient knowledge and a lack of access to public health care services. **Objective:** In the meantime, this study aims to analyze the number of cases of Human Immunodeficiency Virus (HIV) and Syphilis diagnosed among the prison population in the Northern Region of Brazil between 2020 and 2022. **Methods:** A narrative review of the literature in indexed databases using the descriptors “Sexually Transmitted Infections”, “Penitentiary” and “Health” was thus synthesized, and 12 articles with themes pertinent to the analysis, published between 2018 and 2023, were selected. In addition, for the preparation of the tables, the information was obtained from the database of the National Secretariat for Penal Policies (SENAPPEN). **Results and discussion:** In view of this, it can be seen that all the states in the Northern Region have an incidence of HIV and Syphilis in the prison population. However, the states with the highest prevalence are Pará, Amazonas and Rondônia. **Conclusion:** The data linked to the prevalence of the STIs highlighted in individuals deprived of their liberty is alarming, demonstrating the precariousness of the public policies that have reached this public and the need to mitigate the reality observed.

KEYWORDS: Prison population; HIV/STI and Syphilis; Social vulnerability.



INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis têm sua causa atrelada a vírus, bactérias e outros micro-organismos. Sua transmissão ocorre pelo contato de mucosas e pele com secreções corporais contaminadas, sangue infectado e uso de drogas injetáveis, mas principalmente pelo contato sexual desprotegido, seja vaginal, anal ou oral. Sendo assim, esta questão persiste como uma grande problemática de Saúde Pública, estando entre as doenças mais comuns em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que mais de um milhão de infecções sexualmente transmissíveis curáveis e não virais ocorrem diariamente no mundo em pessoas com idade entre 15 e 49 anos (Utida *et al.*, 2021).

Nos últimos anos, tem sido observado um aumento no quantitativo de casos de IST no Brasil, como sífilis, clamídia, HIV, gonococo, HTLV e hepatites virais. Nessa concepção, diante o contexto exposto, a parcela social mais atingida são as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, que é caracterizada por um conjunto de fatores de natureza biológica, epidemiológica, social, cultural, econômica e política, cuja interação amplia ou reduz o risco ou a proteção de um grupo populacional diante de uma doença, condição ou danos, ratificando a necessidade de implementar políticas públicas voltadas para essas pessoas (Utida *et al.*, 2021).

Dentre esse público que se encontra em circunstância de vilipêndio diante a sociedade, se encontram as pessoas no contexto carcerário, que estão privadas de sua liberdade e suscetíveis a altas possibilidades de contaminação por IST. As questões que favorecem essa transmissão se dão pelo ambiente de alto risco de exposição, estímulo a comportamentos sexuais inadequados, devido ao confinamento e, à superlotação, gerados por problemas relacionados ao precário acesso à rede de atenção à saúde, violência sexual, ineficaz vigilância epidemiológica e não priorização de políticas públicas (Filho; Leite; Monteiro, 2023).

Nesse cenário, o acesso à saúde da população carcerária se torna um problema de saúde pública emergente. A prevalência de IST nesse público é mundialmente maior do que no restante da sociedade não confinada. Sendo assim, somando-se a falta de informação sobre as formas de prevenção das IST, tem-se o descaso, o baixo uso de preservativos, ocasionado devido à distribuição insuficiente nos presídios, desinteresse, pouca ou nenhuma orientação da equipe de saúde (Do Nascimento *et al.*, 2021).



Diante do que foi exposto, nota-se que o cumprimento dos direitos, leis e políticas públicas efetivas, voltadas para a população carcerária, é bastante insuficiente, principalmente quando diz respeito à saúde sexual e reprodutiva. Sendo este cenário ainda mais agravado na Região Norte do país, visto que, o censo demográfico de 2022 registrou cerca de 2760 casos de HIV/AIDS no Pará, 2058 no Amazonas, 259 em Roraima, 280 no Amapá, 204 no Acre, 335 em Rondônia e 304 em Tocantins, sendo o Pará superado apenas pelo Rio de Janeiro (4363), Rio Grande Sul (2920) e Minas Gerais (3228). Nesse ínterim, faz-se mister o protagonismo dos profissionais de saúde de forma cada vez mais efetiva nesses ambientes, de modo a mitigar a problemática apresentada, a partir da oferta de uma assistência equânime e de qualidade, como prevê o Sistema Único de Saúde (SUS) preconizado no país (BRASIL., 2022).

À vista disso, levando em consideração os entraves atrelados à higidez da população carcerária, o presente estudo objetiva realizar uma análise acerca do quantitativo de casos de infecções por HIV e Sífilis diagnosticados entre o público carcerário da Região Norte do Brasil durante o período de 2020 a 2022.

MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, tendo uma abordagem quantitativa, realizada nos meses de maio e junho de 2024, com análise comparativa acerca da incidência crescente de IST entre pessoas privadas de liberdade na região Norte nos anos de 2020 a 2022. As buscas foram realizadas em bases de dados virtuais como a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), disponível na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Manuais Merck Sharp & Dohme (MSD), Web of Science, e as tabelas elaboradas a partir dos dados obtidos da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).

Na estratégia de pesquisa, foram utilizados os seguintes termos nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) no site da BVS utilizando o operador “AND”: “Infecções sexualmente transmissíveis”, “Penitenciária” e “Saúde”. Mediante os resultados, foram encontrados 89 artigos, publicados entre 2018 e 2023 em inglês e português, sendo os critérios para inclusão na amostra os trabalhos relacionados ao tema e disponíveis na íntegra. Na base de dados Web of Science, foi realizada uma pesquisa semelhante para a obtenção de mais trabalhos pertinentes ao tema, a triagem foi conduzida com os termos “Sexually Transmitted Diseases”, “Prison” e “Health” e assim obtidos 186 estudos. Em seguida, todos os resultados adquiridos foram salvos em formato de texto (.txt), formato de tag padronizado RIS - Research



Information Systems Incorporated (.ris) e importados no site “Rayyan”. Mediante à análise deste recurso, foram excluídos 16 trabalhos duplicados e outros 226 a partir da leitura do título e resumo, uma vez que o sistema do aplicativo permite excluir ou incluir os estudos com base nessa verificação e assim restaram 33 artigos. Dos estudos restantes, foram selecionados 12 para a elaboração do presente trabalho.

Quadro 1. Estratégias de busca, bases de dados acessados e resultados encontrados.

Base de dados	Estratégia de busca	Estudos encontrados
Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)	(Infecções Sexualmente Transmissíveis) AND (Penitenciária) AND (Saúde) + Aplicados filtros: <ul style="list-style-type: none">• Texto completo: disponível;• Idiomas: inglês e português.	89
Web of Science	(Sexually Transmitted Diseases) AND (Prisons) AND (Health)	186

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 - População carcerária dos estados da Região Norte nos anos de 2020 a 2022.

Ano de Notificação	UF de Infecção	Pop. Carcerária
2020	Acre	8.074
	Amapá	2.973
	Amazonas	14.335
	Pará	20.498
	Roraima	4.140
	Rondônia	13.205



	Tocantins	4.308
	Acre	6.839
	Amapá	3.088
	Amazonas	15.001
2021	Pará	19.891
	Roraima	5.577
	Rondônia	13.107
	Tocantins	4.205
	Acre	8.108
	Amapá	2.977
	Amazonas	13.925
2022	Pará	19.757
	Roraima	4.587
	Rondônia	14.736
	Tocantins	4.224

Fonte: Ministério da Justiça e segurança Pública- Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN.

Tabela 2 - Casos notificados de Sífilis e HIV em pessoas privadas de liberdade nos estados da Região Norte nos anos de 2020 a 2022.

Ano de Notificação	UF de Infecção	Nº de casos de Sífilis	Nº de casos de HIV
	Acre	7	3



	Amapá	15	3
	Amazonas	142	105
2020	Pará	139	213
	Roraima	21	31
	Rondônia	110	156
	Tocantins	49	25
	Acre	72	16
	Amapá	24	18
	Amazonas	52	60
2021	Pará	247	285
	Roraima	15	33
	Rondônia	81	122
	Tocantins	38	28
	Acre	22	20
	Amapá	7	44
	Amazonas	72	84
2022	Pará	539	454
	Roraima	7	27
	Rondônia	121	101
	Tocantins	50	33

Fonte: Ministério da Justiça e segurança Pública- Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN.

Tabela 3 - Casos notificados de Sífilis e HIV em pessoas privadas de liberdade nos estados da Região Norte nos anos de 2020 a 2022.



Ano de Notificação	UF de Infecção	Nº de casos			Nº de casos		
		de Sífilis	Homem	Mulher	de HIV	Homem	Mulher
2020	Acre	7	7	0	3	3	0
	Amapá	15	5	10	3	3	0
	Amazonas	142	141	1	105	103	2
	Pará	139	118	21	213	200	13
	Roraima	21	11	10	31	22	9
	Rondônia	110	95	15	156	142	14
	Tocantins	49	35	9	25	23	2
	2021	Acre	72	68	4	16	14
Amapá		24	15	9	18	15	3
Amazonas		52	52	0	60	59	1
Pará		247	222	25	285	270	15
Roraima		15	12	3	33	25	8
Rondônia		81	71	10	122	102	20
Tocantins		38	29	9	28	26	2
2022		Acre	22	17	5	20	20
	Amapá	7	2	5	44	43	1
	Amazonas	72	72	0	84	83	1
	Pará	539	201	338	454	432	22
	Roraima	7	3	4	27	20	7
	Rondônia	121	98	23	101	94	7
	Tocantins	50	3	47	33	31	2



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública- Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN.

Foram incluídos dados dos estados Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, dos anos de 2020 a 2022. As IST HIV e Sífilis foram analisadas, quanto aos casos notificados por estado, e a incidência de casos por sexo.

Segundo dados da SENAPPEN, em relação ao total de casos notificados, houve um aumento de 483 para 818 e 536 para 763 total de casos de sífilis e HIV, respectivamente, de 2020 para 2022. Nos anos observados, o estado do Pará registrou maior número de casos de HIV em comparação com as demais Unidades de Federação da região Norte do país, sendo os índices superiores identificados nos períodos de 2021 e 2022. Em sequência estão os estados de Rondônia e Amazonas, respectivamente, onde também se verificou elevadas notificações no que se refere a presença do Vírus da Imunodeficiência Adquirida. Quanto à Sífilis, os 3 estados mantiveram a mesma ordem em números de casos, havendo mudança apenas no ano de 2020 em que o Amazonas assumiu a liderança, superando o panorama paraense.

Conforme pesquisa de Filho, Leite e Monteiro (2023), em ranking das maiores populações prisionais mundiais, o Brasil constitui a terceira maior população penitenciária, com um quantitativo de 811.707 pessoas. Nota-se ainda como problema a superpopulação prisional, ao se tratar de crescimento desproporcional da população prisional quando comparado ao da população geral, nas últimas duas décadas, principalmente. Este crescimento contínuo potencializa problemas existentes dentro dos sistemas prisionais, já que o crescimento acelerado não está sendo acompanhado da criação de novos estabelecimentos prisionais.

Para além do fator superlotação, óbices como aumento da violência interna, maus tratos, tortura e condições desfavoráveis propiciam piores condições de saúde e fácil transmissão de doenças infectocontagiosas, como IST (Filho; Leite; Monteiro, 2023; Prates-Fonseca; Tupinambás, 2023). Segundo De Oliveira *et al.* (2023), a população privada de liberdade apresenta comportamento de risco como o compartilhamento de seringas, agulhas e atividades sexuais sem uso de métodos contraceptivos, e por isso, é mais propícia a contrair IST em comparação a população geral.

Quando classificados os casos notificados por sexo, tanto a sífilis quanto o HIV foram mais predominantes em pessoas do sexo masculino. Este fato pode ser atrelado ao fato de que a maioria da população privada de liberdade são homens, e desta forma, mais de três quartos (76,6%) dos estabelecimentos carcerários no Brasil são direcionados exclusivamente para pessoas do sexo masculino, como mencionado no estudo de Prates-Fonseca e Unai (2023). Outros estudos que apresentam prevalência de IST maior em homens justificam tal resultado



devido às mulheres tenderem a apresentar mais autocuidado e melhor gerenciamento de saúde (De Oliveira *et al.*, 2023). Além disso, destaca-se em outros estudos o desconhecimento ou conhecimento deficiente dos homens acerca das medidas de prevenção de IST como fator. Tal comportamento se dá principalmente pela desconfiança ou desconhecimento dos meios de diagnóstico, com consequente recusa em aderir às medidas preventivas e à resistência em ser assistido pelo serviço de saúde, impulsionado por fatores associados à masculinidade (Prates-Fonseca; Unai, 2023).

Em uma revisão sistemática para identificar a prevalência e manejo de IST em ambientes prisionais, a falta de apoio social, o uso de substâncias, o conhecimento limitado e a percepção negativa da terapia antirretroviral (TARV) foram alguns dos principais determinantes na redução de cuidados em populações encarceradas. A não adesão à TARV foi associada à falta de apoio social, baixo escore de autoeficácia e sintomas depressivos. Ressalta-se também que as pessoas com HIV podem ter acesso diminuído ao tratamento antes do encarceramento. Os indivíduos infectados podem ocultar o seu estado sorológico, não fazer uso adequado das doses ou parar completamente a TARV para preservar a privacidade em um ambiente que pode ser hostil (Spaulding *et al.*, 2022).

Entretanto, há estudos que apontam um número elevado de mulheres com comportamentos sexuais não saudáveis dentro da condição prisional (De Oliveira *et al.*, 2023). Na presente pesquisa, observou-se em 4 situações uma maior incidência de sífilis no sexo feminino, a saber: Amapá (2020; 10 casos); Amapá (2022; 5 casos); Pará (2022; 338 casos) e Roraima (2022; 4 casos) (SISDEPEN, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b). Em estudo de Spaulding *et al.* (2022), identificaram-se razões para o aumento do risco para as mulheres a saber: envolvimento em trabalho sexual, uso de substâncias, troca de sexo por outras necessidades, ter múltiplos parceiros sexuais e sexo desprotegido, ser sem-abrigo e sofrer violência por parceiro íntimo ou abuso infantil.

De acordo com o art. 14º da Lei de Execução Penal (LEP), desde 1984 as pessoas privadas de liberdade são asseguradas com uma assistência à saúde de caráter preventivo e curativo, englobando cuidados médicos, farmacêuticos e odontológicos. Somado a isso, em 2014 foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) pelo Ministério da Saúde com o intuito de reafirmar as unidades prisionais como ponto de atenção básica no contexto da Rede de Atenção à Saúde do SUS, que proporciona uma assistência integral, resolutiva e contínua para o controle e redução de agravos presentes no âmbito carcerário (De Oliveira *et al.*, 2023).



No entanto, a realidade dos presídios brasileiros evidencia a suscetibilidade de serem centros epidêmicos não somente das IST mencionadas nesse estudo, mas também de doenças como tuberculose, dengue, hepatite, pneumonias, doenças parasitárias, diarreias infecciosas, entre outras. Isso se dá pela deficiência das instituições prisionais em oferecer saúde integral a essa população, negligenciando, dessa forma, a promoção de saúde e a prevenção de doenças, resultando, portanto, em más condições de vida e saúde no interior das prisões (De Oliveira *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a insalubridade desses espaços pode facilitar os riscos para o aumento no quantitativo de pessoas acometidas por sífilis e HIV devido ao estilo de vida em comum que esses indivíduos costumam ter no ambiente carcerário. Isso evidencia, portanto, outra grande problemática: a deficiência de informação e conhecimento desse público sobre prevenção, propagação e tratamento de tais doenças (De Oliveira *et al.*, 2023).

De acordo com De Oliveira *et al.* (2023), a baixa escolaridade influencia diretamente na precariedade de informações acerca das formas de prevenção, transmissão e tratamento das IST, contribuindo para o aumento de comportamentos de risco nas relações sexuais e, conseqüentemente, na elevação dos índices das infecções sexualmente transmissíveis dentro e fora das instituições prisionais. Nesse viés, nota-se uma certa fragilidade na implementação de intervenções de melhoria no âmbito carcerário, sobretudo em países de baixa e média renda. Sendo assim, torna-se indispensável o investimento em políticas públicas, como o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, a fim de intensificar a assistência e o tratamento das IST, bem como melhorar o déficit educacional da população em questão (De Oliveira *et al.*, 2023).

CONCLUSÃO

Sob essa ótica, infere-se que a população privada de liberdade se configura como um grupo altamente vilipendiado mediante o acesso às políticas públicas de qualidade, fator que as tornam mais suscetíveis às infecções sexualmente transmissíveis e outras doenças contagiosas. Desse modo, nota-se que nos anos selecionados, há um aumento significativo nas ocorrências de HIV e sífilis. Na região norte, especialmente no estado do Pará, os índices chegam a níveis alarmantes e isso se dá principalmente pela desinformação e estruturação precária dos presídios, bem como ausência de implementação eficaz das políticas já existentes por parte do poder público.



Tais estatísticas refletem a qualidade de vida e dos serviços de saúde ofertados. Portanto, para que haja a redução na incidência de IST, bem como outras patologias virais e bacterianas de alta propagação em âmbito carcerário, faz-se necessário o reparo dos aspectos defectíveis supracitados. Caso contrário, as estatísticas tendem a aumentar de proporção e as soluções para a problemática se tornam cada vez mais complexas e inatingíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico de HIV/Aids 2022**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/arquivos/boletim_hiv_aids_-2022_internet_24-11_finalizado.pdf. Acesso em: 23 de mai. 2024.

CORDEIRO, Eliana Lessa *et al.* Perfil epidemiológico dos detentos: patologias notificáveis. **Av. Enferm.**, v. 36, n. 2, p. 170-178, 2018. Disponível em: <http://fi-admin.bvsalud.org/document/view/muzf4>. Acesso em: 14 de mai. 2024.

DE OLIVEIRA, Cristieley Borba *et al.* Infecções Sexualmente Transmissíveis em uma população privada de liberdade do sul de Minas Gerais: estudo transversal. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 16, n. 8, p. 13092–13104, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1474>. Acesso em: 3 de mai. 2024.

DO NASCIMENTO, Bárbara Guimarães *et al.* Cuidado as infecções sexualmente transmissíveis em mulheres privadas de liberdade: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 95, n. 36, p. e-021166, 2021. Disponível em: <https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1138>. Acesso em: 13 de mai. 2024.

FILHO, Armando Dantas de Barros Filho; LEITE, Carlinda; MONTEIRO, Angélica Maria Reis. Políticas de educação nas prisões: uma análise das 10 maiores populações prisionais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280069, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pWxmMNdyF6x6jFk8g8mhPzN/?lang=pt>. Acesso em: 14 de mai. 2024.

GHIDEI, Luwam *et al.* Prison: Pipeline to Women's Preventative Health. **RI Med. J.**, v. 101, n. 8, p. 23-26, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6546428/pdf/nihms-1026011.pdf>. Acesso em: 13 de mai. 2024.

MARTINS, Nádia Vicência do Nascimento *et al.* Infecções sexualmente transmissíveis no contexto de privação de liberdade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12044/10775>. Acesso em: 3 de mai. 2024.

MEDEIROS, Marianny Moraes de *et al.* Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 13, p. 1060–1067, 2021. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9962/10036>. Acesso em: 13 de mai. 2024.

PRATES-FONSECA, Carlos Eduardo; TUPINAMBÁS, Unaí. Perfil epidemiológico dos casos de HIV, Sífilis e Hepatites em privados de liberdade, Minas Gerais. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 13, n. 88, p. 13373-13388, 2023. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3110/3923>. Acesso em: 14 de mai. 2024.

SILVA, Priscila Araújo Santos *et al.* Sífilis em mulheres egressas do sistema prisional: prevalência e fatores associados. **Revista Rene**, 19, e3321, 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/32669/pdf>. Acesso em: 13 de mai. 2024.



SISDEPEN. Sistema de Estatísticas Penitenciárias [banco de dados]. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de janeiro a junho de 2020. Brasília-DF: SENAPPEN, 2020a. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrymd6c7>. Acesso em: 14 mai. 2024.

SISDEPEN. Sistema de Estatísticas Penitenciárias [banco de dados]. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de julho a dezembro de 2020. Brasília-DF: SENAPPEN, 2020b. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrymd6c7>. Acesso em: 14 mai. 2024.

SISDEPEN. Sistema de Estatísticas Penitenciárias [banco de dados]. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de janeiro a junho de 2021. Brasília-DF: SENAPPEN, 2021a. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrymd6c7>. Acesso em: 14 mai. 2024.

SISDEPEN. Sistema de Estatísticas Penitenciárias [banco de dados]. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de julho a dezembro de 2021. Brasília-DF: SENAPPEN, 2021b. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrymd6c7>. Acesso em: 14 mai. 2024.

SISDEPEN. Sistema de Estatísticas Penitenciárias [banco de dados]. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de janeiro a junho de 2022. Brasília-DF: SENAPPEN, 2022a. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrymd6c7>. Acesso em: 14 mai. 2024.

SISDEPEN. Sistema de Estatísticas Penitenciárias [banco de dados]. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de julho a dezembro de 2022. Brasília-DF: SENAPPEN, 2022b. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrymd6c7>. Acesso em: 14 mai. 2024.

SPAULDING, Anne C. *et al.* Prevalence and Management of Sexually Transmitted Infections in Correctional Settings: A Systematic Review. **Clinical Infectious Diseases**, v. 74, Issue Supplement_2, p S193–S217, 15 April 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9989347/pdf/ciac122.pdf>. Acesso em: 13 de mai. 2024.

UTIDA, Emy Grazielle *et al.* Incidência das infecções sexualmente transmissíveis (IST's) da população privada de liberdade. **Revista Saúde & Ciência online**, v. 10, n. 1, p. 30-41, jan.-abr., 2021. Disponível em: <https://rsc.revistas.ufcg.edu.br/index.php/rsc/article/view/433/432>. Acesso em: 3 de mai. 2024.